



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

09/12/2016 - Sinttel-ES

BrasilCenter propõe PPR de 0,6 salário aos/as empregados/as

Dezenas de trabalhadores na BrasilCenter Telecomunicações, de Vila Velha-ES, participaram das assembleias de avaliação da proposta de pagamento do Programa de Participação nos Lucros (PPR) – às 12 e às 14 horas desta quarta-feira (8) – no Cerimonial Tozzatto, localizado atrás do prédio da empresa.

Eles/as decidiram aprovar a proposta de pagamento que consiste em:

Valor do prêmio

Pagamento de 60% do salário base.

O salário base de referência para o pagamento do PPR será o do mês de dezembro de 2016 ou do mês do desligamento do empregado.

Quem pode receber?

1- Todos/as os/as trabalhadores/as da BrasilCenter admitidos até a data de 30/09/2016, têm direito ao PPR integral ou proporcionalmente ao período trabalhado, depende das metas a serem atingidas;

2 – Os afastados por Acidente de Trabalho e Licença Maternidade, também têm direito;

3 – Os afastados por doença durante 2016 receberão proporcionalmente ao período trabalhado;

4 – Os/as empregados/as desligados receberão também proporcionalmente aos meses trabalhados, desde que tenham mais de 90 dias efetivos de trabalho em 2016;

Para o cálculo do valor do prêmio serão considerados os seguintes critérios individuais:

1- Receberão 100% do PPR aqueles que durante o ano de



2016 tenham tido até 2 faltas injustificadas;

2- Receberão 50% do PPR aqueles que durante o ano de 2016 tenham tido até 4 faltas injustificadas; Quem não está no programa?

3- Não receberão o PPR, aqueles que tenham tido 5 ou mais faltas injustificadas, independentemente do tempo trabalhado.

4- Os estagiários e os jovens aprendizes.

Pagamento:

O pagamento do Programa de Participação nos Resultados – PPR-2016, para os empregados ativos em 31/12/2016 será efetuado até 30/04/2017

Os desligados deverão procurar a empresa no decorrer do mês de maio de 2017 para a solicitação do crédito que ocorrerá até 30/06/2017.



09/12/2016 - Telesíntese

Anatel vai impor condições a assento do société mondiale no conselho da Oi

Juarez Quadros, presidente da agência, conta que conselho diretor da Anatel deve divulgar a decisão definitiva até meados da próxima semana.



A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) já se decidiu por autorizar que os executivos do fundo Société Mondiale, pertencente a Nelson Taure, tomem assento no conselho de administração da Oi. A decisão foi anunciada hoje, 09, por Juarez Quadros, presidente da agência.

Segundo ele, o conselho diretor da Anatel está agora debatendo as condições para que as mudanças no comando da concessionária ocorram. "A área técnica e a Advocacia Geral da União já se manifestaram sobre o assunto, agora falta o conselho diretor, o que deve acontecer terça ou quarta-feira", diz.

Com a anuência prévia, estará suspensa a cautelar que impedia a posse dos indicados de Tanure e previa a presença de um fiscal da agência nas reuniões do conselho de administração da companhia. Quadros, no entanto, afirma que ainda não é possível dizer se significará o fim da exigência de um representante da Anatel nas reuniões.

Novo marco e a Oi

O presidente da Anatel negou que o novo marco de teleco-

municações, aprovado no Congresso mas ainda não encaminhado à sanção presidencial, tenha sido feito em benefício da Oi, concessionária que passa por recuperação judicial.

"A lei não traz nenhuma solução para a recuperação judicial da Oi. Como é um projeto que agrega valor, facilita a atração de investidores por conta do fim do regime de outorgas e da questão da reversibilidade de bens, que não era clara", afirma. Com isso, a possibilidade de a Anatel decidir intervir na operadora se reduziu. "O ambiente está melhorando bastante. A possibilidade de intervenção vai se dissipando, mas não findou", observa.

Ele respondeu a observações do CEO da TIM Brasil, Stefano De Angelis, de que a aprovação do PL foi acelerada para ajudar a concessionária. "A manifestação por parte do presidente da TIM foi supostamente infeliz porque o projeto está equilibrando uma série de serviços. Está sendo feito um ajuste para todos os setores, e não somente a concessão de Oi ou Telefônica. A lei está muito ampla, resolve uma série de problemas sem favorecer ninguém", defendeu Quadros.

09/12/2016 - Telesíntese

Congresso terá de se envolver na disputa entre Brasil e OMC, diz Serra

Ministro das Relações Exteriores afirma que Brasil dará resposta no começo do ano sobre conclusões do relatório, em defesa dos regimes especiais. Admite, porém, que Lei de Informática, precisará de alterações.



O ministro das relações exteriores, José Serra, quer envolver o Câmara e Senado na disputa entre o governo brasileiro e a Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre políticas de benefícios fiscais dados ao setor industrial. Isso porque algumas das reclamações da OMC apontam o dedo para leis cuja validade ainda está longe do fim, e que exigiriam uma revisão.

“Teremos que levar a questão ao Congresso, rever o financiamento por meio de impostos indiretos e as exigências de realização de etapas produtivas no país. No caso da Lei de Informática, teremos que ter mudanças legislativas”, falou hoje, 09, em evento da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee).

Segundo ele, o embate ainda deverá se arrastar na OMC por ao menos um ano. O Brasil vai manter posição e argumentar que os incentivos não ferem as regras internacionais. “Vamos continuar defendendo os regimes especiais. Nosso entendimento é de que são compatíveis”, ressaltou, após citar

exemplos de países que praticam livremente o subsídio de setores produtivos. A resposta brasileira será dada no começo de 2017, garante. O relatório da OMC, ainda confidencial, será tornado público na próxima semana, em 14 de dezembro.

Resentantes da Abinee já deixaram claro que qualquer retrocesso na Lei de Informática pode inviabilizar a manutenção de fábricas no país. Uma decisão que liquide de vez com o REPNBL teria um efeito devastador sobre o emprego de profissionais com alta capacitação, com títulos de mestrado, doutorado e pós-doutorado que trabalho com P&D na indústria. Em 2014, 131 mil pessoas trabalhavam em empresas que eram beneficiadas pela Lei de Informática.

Segundo a entidade, desde que a lei passou a vigorar, em 1991, os produtos impactados por isenções representaram faturamento de R\$ 266 bilhões. As desonerações previstas tiveram como contrapartida investimento das indústrias de R\$ 8,3 bilhões em pesquisa e desenvolvimento.



12/12/2016 - Vermelho

Deficit do INSS é fictício e fruto de manipulação de dados, diz Anfip

O deficit da Previdência e a sua escalada em progressão geométrica é o argumento mais forte do governo Temer, ao lado do envelhecimento da população, para a aprovação de novas regras de concessão de aposentadorias. Principalmente a criação da idade mínima de 65 anos para homens e mulheres. No entanto, segundo a confederação dos aposentados e a associação de auditores fiscais, do próprio governo, em vez de faltar dinheiro para o INSS em 2015, há uma sobra de quase R\$ 25 bilhões.

Deficit do INSS é fictício e fruto de manipulação de dados, diz Anfip Os auditores e aposentados alertam que o governo ignora a Constituição Federal e deixa de lado a arrecadação da Seguridade Social, que inclui as áreas de Saúde, Assistência e Previdência.

De acordo com a Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), que anualmente divulga os dados da Seguridade Social, não existe déficit, pelo contrário, os superávits nos últimos anos foram sucessivos: saldo positivo de R\$ 59,9 bilhões em 2006; R\$ 72,6 bilhões, em 2007; R\$ 64,3 bi, em 2008; R\$ 32,7 bi, em 2009; R\$ 53,8 bi, em 2010; R\$ 75,7 bi, em 2011; R\$ 82,7 bi, em 2012; R\$ 76,2 bi, em 2013; R\$ 53,9 bi, em 2014.

No ano passado, segundo a Anfip, o investimento nos programas da Seguridade Social, que incluem as aposentadorias urbanas e rurais, benefícios sociais e despesas do Ministério da Saúde, entre outros, foi de R\$ 631,1 bilhões, enquanto as receitas da Seguridade foram de R\$ 707,1 bilhões. Ou seja, mais uma vez o resultado foi positivo e sobrou dinheiro (R\$ 24

bilhões).

Por outro lado, no anúncio das medidas para equilibrar as contas da Previdência que estão na PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 287, o secretário de Previdência Social do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, disse que o rombo nas contas do INSS (arrecadação contra despesa) ficou em R\$ 86 bilhões. Caetano também disse que a previsão do governo é que o rombo salte para R\$ 152 bilhões este ano e fique em R\$ 181 bilhões em 2017.

"É uma falácia dizer que existe déficit. Em dez anos, entre 2005 e 2015, houve uma sobra de R\$ 658 bilhões. Este dinheiro foi usado em outras áreas e também para pagar juros da dívida pública, cerca de 42% do total, mas isto o governo não diz", afirma o advogado Guilherme Portanova, diretor jurídico da Cobap (Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas do Brasil).

A diferença entre o déficit (de R\$ 86 bilhões) e o superávit (de R\$ 24 bilhões), dependendo da fonte considerada, em 2015 foi de R\$ 110 bilhões.

Analisando os dados da Anfip nota-se que o superávit da Seguridade Social está perdendo fôlego, mas é ainda consideravelmente alto para contestar a teoria de rombo.

A arrecadação da Seguridade Social inclui o Cofins, o CSLL, o Pis-Pasep, impostos sobre exportações, impostos sobre as loterias, entre outros. "O governo usa a DRU (Desvinculação de Receitas da União) para transferir o superávit da Seguridade Social, proveniente dos tributos, e cobrir outras despesas. O déficit no INSS é fictício e fruto de uma manipulação de dados", disse Portanova.

12/12/2016 - Rede Brasil Atual

Os três tempos do neoliberalismo brasileiro: Collor, FHC e Temer

Depois de Collor e FHC, terceiro tempo do neoliberalismo instalou-se no ano de 2016, com a concretização do golpe judiciário-parlamentar que interrompeu o governo Dilma

O receituário neoliberal voltou a ter centralidade na condução das políticas públicas do governo federal, apesar de ter sido derrotado nas últimas quatro eleições presidenciais (2002, 2006, 2010 e 2014). O golpe antidemocrático de agosto de 2016 se mostrou fundamental para isso, inaugurando o terceiro tempo de adoção do neoliberalismo no Brasil.

O primeiro tempo começou enunciado ao final do governo Sarney (1985 – 1990), enquanto reação à aprovação da Constituição Federal de 1988. Mas o enxugamento do Estado ganhou maior vitalidade desde a posse de Collor de Melo (1990 - 1992), o primeiro presidente eleito desde o golpe militar (1964 – 1985).

No seu breve período de governo, Collor de Melo tratou de impor inédita e bruscamente o receituário neoliberal. O choque foi extremo, ocasionando, em meio ao avanço de uma recessão econômica, reações ideológicas tanto à direita quanto à esquerda política, que terminou levando à interrupção por meio de impeachment.

A ascensão de Itamar Franco na presidência da República, em decorrência do impedimento de Collor de Melo, em agosto de 1992, estabeleceu o fim do primeiro tempo do neoliberalismo no país. Somente com a eleição de Fernando Henrique Cardoso o neoliberalismo foi retomado, estabelecendo entre os anos de 1995 a 2002, o segundo e mais longo tempo da aplicação do receituário neoliberal adotado no Brasil.

Com a estabilidade monetária alcançada pelo Plano Real (1994) e, mantida a trajetória econômica distante da recessão, o Estado sofreu alterações substanciais. Ademais da privatização, com a destituição de parte fundamental do setor produtivo estatal, assistiu-se ao avanço da terceirização no interior do governo, a liberalização comercial e financeira, bem com



as reformas trabalhista, previdenciária e outras.

Tudo isso, contudo, terminou sendo interrompido democraticamente a partir de 2003, com a ascensão dos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores. A implantação de trajetória distinta do receituário neoliberal por mais de uma década, permitiu produzir resultados inéditos em termos de expansão econômica e justiça social,

cujas reduções da pobreza e da desigualdade de renda forma expressão inegável no Brasil.

O terceiro tempo do neoliberalismo instalou-se no ano de 2016, com a concretização do golpe judiciário-parlamentar que interrompeu o governo Dilma, que havia sido reeleito democraticamente nas eleições presidenciais de 2014. A emergência de Temer no exercício da presidência da República tem se caracterizado pelo retorno do receituário depredador do papel do Estado, especialmente das políticas sociais.

As proposições de reformas no Estado brasileiro (gasto público, previdência social, ensino médio) retomam o sentido da contração do setor público, conforme estabelecido no primeiro (1990 – 1992) e no segundo (1995 – 2002) tempos do neoliberalismo. Destes dois períodos de tempo, o governo Temer parece se assemelhar mais à truculência da época do presidente Collor de Melo.

Isso porque a adoção das medidas neoliberais transcorre em meio ao avanço da recessão econômica, com o inédito agravamento da questão social. Nesta circunstância, a alteração no papel do Estado ganha proeminência em meio ao risco crescente de novo impeachment ao terceiro tempo do neoliberalismo no Brasil. Salvo, contudo, a possibilidade de um novo golpe dentro do golpe para buscar estender a prevalência do receituário neoliberal. A ver.